



**INSTITUTO FEDERAL**  
Amazonas

**PÓS-GRADUAÇÃO**  
Educação a Distância

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO**

**PÓS-GRADUAÇÃO**  
*LATO SENSU* EM  
**GESTÃO PÚBLICA**  
**ESTRATÉGICA**



**2023**

**Luiz Inácio Lula da Silva**  
Presidente da República

**Camilo Sobreira De Santana**  
Ministro da Educação

**Jaime Cavalcante Alves**  
Reitor do IFAM

**Rosângela Santos da Silva**  
Pró-Reitora de Ensino

**Jucimar Brito de Souza**  
Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

**Maria Francisca Moraes de Lima**  
Pró-Reitora de Extensão

**Adanilton Rabelo de Andrade**  
Pró-Reitora de Administração e Planejamento

**Leandro Amorim Damasceno**  
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

**Gustavo Galdino Rodrigues Bernhard**  
Diretor de Educação a Distância

**Gustavo Galdino Rodrigues Bernhard – Presidente**

**Juliano Milton Kruger – Membro**

**Bianca Santos Bento da Silva – Membro**

**Fabio Serra Ribeiro Couto – Membro**

**Maria Zelinda de Souza Lima - Membro**

Comissão Responsável pela Elaboração da nova versão do Projeto  
Pedagógico do Curso de Gestão Pública na modalidade Educação a Distância

**PORTARIA Nº 1675 - PROEN/REITORIA, de 10 de junho de 2022.**

## SUMÁRIO

<b>1 APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>1.1 Dados da Instituição Proponente .....</b>	<b>7</b>
<b>2. HISTÓRICO DO IFAM .....</b>	<b>8</b>
<b>3. HISTÓRICO DA EAD NO IFAM.....</b>	<b>9</b>
<b>4 APRESENTAÇÃO DO CURSO .....</b>	<b>10</b>
<b>4.1 Dados Gerais do Curso .....</b>	<b>10</b>
<b>5 JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>11</b>
<b>6 OBJETIVOS.....</b>	<b>12</b>
<b>6.1 Objetivo Geral.....</b>	<b>13</b>
<b>6.2 Objetivos Específicos .....</b>	<b>13</b>
<b>7 REQUISITOS, FORMA DE ACESSO E PERFIL PROFISSIONAL .....</b>	<b>13</b>
<b>8 CONCEPÇÃO DO CURSO.....</b>	<b>14</b>
<b>8.1 Abordagens teórico-práticas .....</b>	<b>15</b>
<b>8.2 Princípios epistemológicos.....</b>	<b>16</b>
<b>8.3 Princípios Metodológicos.....</b>	<b>16</b>
<b>8.4 Princípios dinamizadores.....</b>	<b>17</b>
<b>8.5 Metodologia e Recursos Didático-Pedagógicos .....</b>	<b>18</b>
<b>8.6 Avaliação da Aprendizagem.....</b>	<b>21</b>
<b>8.7 Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.....</b>	<b>23</b>
<b>8.8 Aproveitamento de Estudos e Certificação .....</b>	<b>23</b>
<b>9 CARGA HORÁRIA DO CURSO .....</b>	<b>24</b>
<b>10 MATRIZ CURRICULAR DO CURSO.....</b>	<b>24</b>
<b>11 EQUIPE DE PROFESSORES.....</b>	<b>26</b>
<b>12 TUTORES PRESENCIAIS .....</b>	<b>26</b>
<b>13 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR.....</b>	<b>27</b>
<b>14 PROGRAMA DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO CURSO .....</b>	<b>28</b>

<b>15</b>	<b>GESTÃO ACADÊMICA E ADMINISTRATIVA .....</b>	<b>28</b>
<b>16</b>	<b>INFRAESTRUTURA E GESTÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA .....</b>	<b>30</b>
<b>17</b>	<b>AMBIENTES EDUCACIONAIS E RECURSOS DIDÁTICOS DE SUPORTE .....</b>	<b>31</b>
<b>17.1</b>	<b>Biblioteca .....</b>	<b>31</b>
<b>17.2</b>	<b>Laboratório de Informática .....</b>	<b>31</b>
<b>17.3</b>	<b>Laboratórios Específicos.....</b>	<b>32</b>
<b>17.4</b>	<b>Recursos de Hipermídia .....</b>	<b>32</b>
<b>17.5</b>	<b>Infraestrutura e Recursos Específicos para EaD .....</b>	<b>32</b>
<b>17.6</b>	<b>Polos/<i>campi</i> de Apoio Presencial .....</b>	<b>32</b>
<b>18</b>	<b>AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL .....</b>	<b>33</b>
<b>18.1</b>	<b>Avaliação do Curso.....</b>	<b>33</b>
<b>18.2</b>	<b>Avaliação dos Subsistemas EaD .....</b>	<b>33</b>
<b>18.3</b>	<b>Avaliação do Curso.....</b>	<b>34</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>35</b>
	<b>APÊNDICE 1 – EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>36</b>

## 1 APRESENTAÇÃO

O Curso de Especialização em Gestão Pública Estratégica, modalidade a distância, que ora apresentamos, integra o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP).

Tal Programa nasce a partir da experiência piloto do curso de Administração, em 2006, que foi supervisionado pela Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e coordenadores das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES). Além desse bacharelado, o PNAP é composto de três especializações na área pública (Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde). No caso da especialização de Gestão Pública foi constituída uma comissão composta pelos Professores Doutores Maria Aparecida da Silva (UFAL), Dario de Oliveira Lima Filho (UFMS), Silvar Ribeiro (UNEB), Anderson Castanha (UFJF) e Marcos Tanure Sanabio (UFJF).

Nesse contexto, em 2009, a UAB/Capes lançou um edital (Edital UAB/Capes 01/2009, de 27 de abril de 2009) voltado à adesão de Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) para oferta dos referidos cursos. O programa ofereceu um projeto pedagógico (PPC) base que deveria ser analisado e adequado à realidade social de cada IPES. A matriz curricular do curso e os materiais didáticos foram desenvolvidos por uma rede nacional, sendo utilizados em todos os cursos e em todas as IPES aprovadas.

O objetivo central do PNAP é formar e qualificar pessoal em nível superior visando o exercício de atividades gerenciais, possibilitando que esses gestores intervenham na realidade social, política e econômica, contribuindo para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal.

O PNAP, assim como outras iniciativas de fortalecimento das capacidades estatais no Brasil, foi impactado por três vetores principais: o processo de descentralização das políticas públicas em direção às administrações subnacionais; o fortalecimento da qualificação como critério para progressão e desenvolvimento nas carreiras da Administração Pública; e o fortalecimento da modalidade de ensino

a distância como instrumento desta qualificação, impulsionada com o avanço das tecnologias de informação e comunicação (TIC).

O PNAP continuou com a metodologia de monitoramento em Fóruns Nacionais, os quais visam congregar, coordenar e representar com autonomia os cursos das diversas áreas do programa, de modo a implementar ações de melhoria da qualidade na formação inicial e continuada.

O primeiro, que teve o papel primordial de implantar o Fórum da Área de Administração Pública com a escolha de sua presidência, aconteceu em Salvador (Bahia) em 2010; o segundo, ocorrido em Brasília (DF) em 2012, já se discutia propostas de reformulações dos Projetos Pedagógico de Cursos (PPC); o terceiro, acontecido em Belo Horizonte (MG) em 2013, deu continuidade às discussões sobre os PPC; e, o quarto, realizado em Florianópolis (SC) em 2014, reuniu cerca de 180 coordenadores dos Cursos de Especializações em Gestão em Saúde, Gestão Pública e Gestão Pública Municipal, na modalidade de Educação a Distância (EaD), cujo objetivo principal foi propiciar a interação, a troca de experiências e discussões sobre os PPC e a elaboração e atualização de materiais didáticos. Vale ressaltar que todos os fóruns contaram com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Em 2017 foi constituída a Comissão de apoio à gestão do PNAP que objetivou analisar as sugestões formuladas nesses fóruns à luz das DCN/2014. Desse trabalho resultaram novos PPC (Bacharelado e Especializações) e a revisão do material didático adequando-os às especificidades do setor público no Brasil.

Vários acadêmicos contribuíram para a consolidação e amadurecimento deste Programa ao longo do tempo. Destacamos a participação dos Professores Alexandre Marino Costa (UFSC), Marcos Tanure Sanábio (UFJF), Teresa Cristina Janes Carneiro (UFES) e Cledinaldo Aparecido Dias (UNIMONTES), que participaram sobremaneira para a consolidação do presente projeto.

### 1.1 Dados da Instituição Proponente

<b>Nome</b>	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas		
<b>Endereço</b>	Rua Ferreira Pena, 1.109 – Centro		
<b>Cidade</b>	<b>Manaus</b>	<b>UF:</b> AM	<b>CEP:</b> 69.025-010
<b>Fone</b>	92 3306 0093	<b>E-mail:</b> <a href="mailto:reitoria@ifam.edu.br">reitoria@ifam.edu.br</a>	

<b>Campus de Oferta</b>	Sob demanda dos campi do IFAM
<b>Vagas</b>	30 (trinta) vagas por turma

## 2. HISTÓRICO DO IFAM

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional, tecnológica e superior nas diferentes modalidades de ensino, cuja criação, nos termos da Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, artigo 5º, inciso IV, deu-se a partir da fusão das 3 (três) Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica – IFETs que até então atuavam no Estado do Amazonas – o Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica – CEFET/AM, a Escola Agrotécnica Federal de Manaus – EAF-Manaus/AM e a Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira – EAF-SGC/AM.

A partir de 2010, inicia-se o processo de expansão e de interiorização da Rede Federal da Educação Profissional e Tecnológica e de consolidação no Estado do Amazonas que hoje conta com 17 unidades acadêmicas sendo: 14 (catorze) *campi* distribuídos nos municípios de Coari, Eirunepé, Humaitá, Itacoatiara, Lábrea, Manaus (com três *campi*), Maués, Parintins, Presidente Figueiredo, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Tefé; 3 (três) *Campi* Avançados no município de Manacapuru, Iranduba e Boca do Acre.

Atualmente, o IFAM conta com 5 (cinco) cursos de Engenharia, 1 (um) curso de bacharelado em Medicina Veterinária, 11 (onze) cursos de Tecnologia, 7 (sete) cursos de Licenciatura, 9 (nove) cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* nas modalidades presencial e/ou EaD, 2 (dois) cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* no nível de Mestrado Profissional e um curso de Doutorado Profissional em Ensino Tecnológico, já aprovado pela CAPES. Além dessas ofertas, o IFAM conta com mais de 20 cursos Técnicos, de Aperfeiçoamento e de Extensão ofertados no âmbito da Educação Profissional, seja nas modalidades presencial e/ou a distância.

Diante desse universo de cursos ofertados nos diferentes níveis e modalidades de ensino em seus *campi*, O IFAM atingiu a marca aproximada de 26 mil matrículas no ano de 2018, de acordo com dados da Plataforma Nilo Peçanha.



### 3. HISTÓRICO DA EAD NO IFAM

A criação do IFAM no ano de 2008, cuja implantação de fato e de direito deu-se a partir de 2010, possibilitou a discussão e a implementação do Estatuto e do Plano de Desenvolvimento Institucional, os quais previram o planejamento e a oferta de processos formativos, entre os quais se inseriu a oferta de cursos na modalidade a distância, com a adesão aos Programas da Rede e-Tec Brasil (Escola Técnica Aberta do Brasil), ProFuncionário (Programa de Formação Profissional de Trabalhadores da Escola em efetivo exercício) e da Universidade Aberta do Brasil (UAB), além de outras ações com a Secretaria de Educação Básica (SEB), com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e, à época, com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

A EaD implantada no IFAM ocorre em consonância às políticas de democratização da Educação Profissional e Tecnológica, voltadas para o acesso de pessoas envolvidas em atividades laborais específicas, oportunizando o acesso da Educação Técnico-profissional de nível médio à pós-graduação em nível *Lato Sensu*, qualificando profissionais para o mundo do trabalho, ampliando, assim, o acesso à educação no Estado do Amazonas.

As ações desenvolvidas na modalidade de Educação a Distância (EaD), fundamentam-se no planejamento estratégico do IFAM para a expansão das ofertas de cursos nessa modalidade. Portanto, são planejadas, executadas e avaliadas em conjunto a partir das diretrizes emanadas do Ministério da Educação – MEC e de suas Agências de Fomento voltadas para a implantação de ações de EaD.

Entre os anos de 2017 e 2019 foram instituídos 7 Polos com oferta de graduação em EaD, sendo 5 deles no Estado do Amazonas e 2 no estado de Roraima. Já a oferta de cursos de especialização foi feita em 5 polos, sendo 4 no Estado Amazonas e 1 no Estado de Rondônia.

Em 2020, a EaD, no IFAM, completou 11 anos de atividade, quando iniciou em 2009 a oferta do Curso Técnico em Agropecuária por intermédio do Programa Escola Técnica Aberta do Brasil, atualmente, Rede e-Tec Brasil.

A proposta para o desenvolvimento das ações de Educação a Distância do IFAM está estruturada em cinco eixos: investimento em alta tecnologia, desenvolvimento de recursos pedagógicos, formação de pessoal técnico e docente, realização de convênios com instituições e organismos de fomento e apoio a projetos de interesse da administração pública, especificamente da SETEC/MEC.

Tem-se por meta principal a institucionalização da EaD e o desenvolvimento de projetos próprios com uso de tecnologia de ponta, como transmissão por satélite e desenho educacional de cursos e projetos.

Recentemente foi lançado um novo caminho de aprendizagem para os cursos livres do IFAM, por meio da Escola Virtual. A plataforma está hospedada no site da EaD do IFAM: <http://ead2.ifam.edu.br/>, onde são disponibilizados cursos livres para todos os públicos com o objetivo de qualificação da população em geral.

Presentemente, o Sistema EaD oferta dois cursos de Licenciatura: em Física e Pedagogia e um Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Ensino de Ciências – Anos Finais do Ensino Fundamental (Ciência é Dez!) pela UAB tendo já aprovadas as reedições dos cursos de Especialização em Gestão Pública e Gestão em Saúde pelo PNAP e o curso de Docência para a Educação Profissional e Tecnológica em parceria com a SETEC/MEC para 2021.1.

## 4 APRESENTAÇÃO DO CURSO

### 4.1 Dados Gerais do Curso

**Nome do Curso:** Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública Estratégica, atendendo à RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 1, de 06 de abril de 2018 e à Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

**Área de conhecimento:** Administração, Ciências Contábeis e Turismo - Código 60200006, Área Básica – Administração Pública - Código 60202009 - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

**Forma de oferta:** Semestral (3 semestres).

**Modalidade de oferta:** Educação a distância.

**Linhas de Pesquisa:** Desafio na Gestão das Instituições Públicas, Governança e Sociedade; Gestão e sustentabilidade; Gestão pública e desenvolvimento local; Cultura e comportamento organizacional nas redes públicas.

**Carga Horária:** 390 (trezentas e noventa) horas.

**Prazo para integralização do Curso:** de 18 a 24 meses.

## 5 JUSTIFICATIVA

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados membros e municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Com a introdução de um Estado mais forte, porém menor, este reduz seu papel nacional desenvolvimentista, que vigorou por meio século (ABRUCIO; COUTO, 1996; PINHO; SANTANA, 2001). Dentro da concepção neoliberal, a partir de 1990, a União passa a exercer as “verdadeiras” funções de Estado: regulação e indução.

Nesse sentido, os dois níveis de governo subnacionais passam a assumir papéis complexos (antes exercido pela União), que exigem competências específicas de regulação e uma nova gestão de atividades essenciais, competências essas colocadas em segundo plano durante a fase desenvolvimentista. Segundo Pinho e Santana (2001), o esgotamento da capacidade de lidar com problemas complexos e extensos levou o governo central a transferir esses problemas para estados e municípios, sobretudo para os últimos, que adotam o *welfarismo* municipal.

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram que redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos (ABRUCIO; COUTO, 1996; ABRUCIO, 2005). Na realidade, até o presente momento muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior, ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública, como sugerem Kissler e Keidemann (2006).

Sendo assim, entendemos que o Poder Público em todos os seus níveis deve estar preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir a legislação relacionada às suas atribuições, devendo, dessa maneira, possuir um quadro de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa.

Nesse sentido, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais capacitados em gestão.

Para tanto, é preciso que seja dada oportunidade a cidadãos e a profissionais investidos na carreira pública, seja na União, nos estados e prefeituras de todo o Brasil de se capacitarem para o exercício de uma administração pública profissional e de qualidade.

Nesse sentido, o papel reservado ao Curso de Especialização em Gestão Pública é de grande importância, na medida em que os agentes especialistas egressos (gestores e formuladores de políticas públicas) estarão capacitados a intervirem na realidade social, política e econômica.

Em ambientes onde as mudanças ocorrem permanentemente e em grande velocidade, caracterizados ainda pela escassez de recursos e pelo alto nível de competitividade exigido pela sociedade contemporânea, exige-se que o profissional responsável pela condução das organizações públicas tenha desenvolvido sua criatividade, seu espírito crítico e a sua capacidade de produção de novos conhecimentos.

Aliada a esta “personalidade dinâmica e flexível” – traço essencial na garantia de um bom desempenho do profissional da gestão –, é preciso, ainda, que o Gestor Público desenvolva uma “visão estratégica dos negócios públicos”, o que pode ser obtido a partir do estudo sistemático e aprofundado das diversas áreas de ação no campo da Administração e da integração destas áreas em termos de conhecimento conceitual e analítico.

Deste modo, independente dos conhecimentos “comportamentais” e “de contexto”, exige-se do Gestor Público, o domínio das principais técnicas gerenciais no campo organizacional, de seus “recursos” humanos, financeiros e de produção e de gestão pública, evidentemente referenciada em um compromisso ético com a construção de uma sociedade justa.

Diante disso, o IFAM, por meio de sua Diretoria de Educação a Distância atendendo às metas de seu PDI e sua Organização Didático Acadêmica, oferta aos seus servidores e dos demais órgãos e poderes da União, estados e municípios qualificação, em nível de especialização, para uma atuação mais profissionalizada.

## 6 OBJETIVOS

O Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública Estratégica na modalidade a distância, ofertado pelo IFAM pretende nortear as ações didáticas e técnico-pedagógicas com metodologias que reflitam sobre o papel dos profissionais investidos na carreira pública, capazes de elaborar e reconstruir o conhecimento de forma a intervir na realidade, tornando-se cidadãos de propostas próprias e aptos a participarem e contribuírem para o avanço democrático da sociedade brasileira, assim como promover a ampla capacitação de servidores com vistas a expansão e desenvolvimento institucional.

## 6.1 Objetivo Geral

Qualificar pessoal de nível superior visando ao exercício de atividades gerenciais na carreira pública, de prestadores de serviços e fornecedores a Órgãos Públicos.

## 6.2 Objetivos Específicos

- Capacitar quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo) e micro (unidades organizacionais) sistemas públicos;
- Capacitar profissionais com formação adequada a intervirem na realidade social, política e econômica;
- Contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, nos âmbitos federal, estadual e municipal;
- Contribuir para que o gestor público desenvolva visão estratégica dos negócios públicos, a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do governo ou de suas unidades produtivas.

## 7 REQUISITOS, FORMA DE ACESSO E PERFIL PROFISSIONAL

O Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública Estratégica na modalidade a distância destina-se a portadores de diploma de curso superior que exercem atividades em órgãos públicos ou do terceiro setor ou que tenham aspirações ao exercício de função pública.

A seleção ocorrerá por edital público que poderá priorizar servidores da Administração Pública Direta e Indireta nas esferas Federal, Estadual, Distrital e Municipal por meio de critérios definidos em edital.

Os objetivos de aprendizado para o estudante são os seguintes:

- a. Compreender os conceitos básicos e terminologias nas áreas funcionais chave de organizações do primeiro (Estado) e terceiro setores nas áreas: gestão, estratégia, operações, finanças públicas, recursos humanos e outras;
- b. Demonstrar habilidade para diagnosticar, analisar e oferecer soluções para situações organizacionais complexas;
- c. Desenvolver habilidades-chave (comunicação oral e escrita, trabalho em equipe, liderança) requeridas para uma carreira gerencial de sucesso;
- d. Estar apto para fazer a integração das áreas funcionais das instituições para permitir tomadas de decisões acertadas para a organização como um todo.

O Curso permitirá o crescimento profissional e acadêmico do estudante por meio de:

- a. Orientação da habilidade do pensamento crítico para os problemas de governo;
- b. Desenvolvimento da habilidade de analisar estrategicamente as questões de relacionamento organização-ambiente ao invés de oferecer apenas soluções operacionais;
- c. Fortalecimento da habilidade de comunicação por meio de discussões presenciais e a distância, estudo de *cases*, trabalhos escritos e apresentação presencial de seminários;
- d. Aumento da capacidade de liderança na organização através da participação em trabalhos em equipe;
- e. Ampliação da compreensão das variáveis ambientais que afetam a *performance* organizacional;
- f. Ênfase na natureza global do atual ambiente dos negócios e seu impacto sobre a tomada de decisão;
- g. Melhoria da habilidade de tomada de decisão em ambientes organizacionais mais complexos, por meio do uso de processos de simulação de situações estratégico-operacionais;
- h. Integração dos aspectos teóricos e práticos, através da elaboração de projetos e análise de *cases*.

## 8 CONCEPÇÃO DO CURSO

As diretrizes do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública Estratégica na modalidade a distância devem oportunizar uma formação que privilegie tanto a dimensão profissional quanto a dimensão política, buscando-se: a) formação ético-humanística que a formação do cidadão requer; e b) formação técnico-científica condizente com as exigências que o mundo do trabalho contemporâneo impõe.

Como uma prática social que se desenvolve a partir das relações entre os sujeitos da relação pedagógica, num contexto sócio-econômico-cultural específico, o currículo deste curso é construído na perspectiva de uma formação científica de qualidade e uma formação humanista que contribua para a construção de uma sociedade mais justa, mais democrática, mais solidária e mais tolerante.

### 8.1 Abordagens teórico-práticas

A proposta para o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública Estratégica na modalidade a distância, ofertado pelo IFAM, traz como base para sua sustentação as seguintes diretrizes:

- (a) Nortear a concepção, criação e produção dos conhecimentos a serem trabalhados no curso, de forma a contemplar e integrar os tipos de saberes hoje reconhecidos como essenciais às sociedades do século 21: os fundamentos teóricos e princípios básicos dos campos de conhecimento; as técnicas, práticas e fazeres deles decorrentes; o desenvolvimento das aptidões sociais ligadas ao convívio ético e responsável;
- (b) Promover permanente instrumentalização dos recursos humanos envolvidos no domínio dos códigos de informação e comunicação, bem como suas respectivas tecnologias, além de estimular o desenvolvimento do pensamento autônomo, curiosidade e criatividade;
- (c) Selecionar temas e conteúdos que reflitam, prioritariamente, os contextos das realidades vividas pelo público-alvo, nos diferentes espaços de trabalho e também nas esferas local e regional;
- (d) Adotar um enfoque pluralista no tratamento dos temas e conteúdos, recusando posicionamentos unilaterais, normativos ou doutrinários;
- (e) Nortear as atividades avaliativas da aprendizagem, segundo uma concepção que resgate e revalorize a avaliação enquanto informação e

tomada de consciência de problemas e dificuldades, com o fim de resolvê-los, para estimular e orientar a autoavaliação.

Há três categorias de princípios que nortearão a estrutura curricular do curso: epistemológicos, metodológicos e dinamizadores, descritos a seguir.

## 8.2 Princípios epistemológicos

Esses princípios, que devem sustentar a formação e o perfil do profissional de administração, são expressos através de duas dimensões:

- **Dimensão epistemológica:** que diz respeito à escolha e aos recortes teórico-metodológicos das áreas e disciplinas ligadas às ciências que integram o currículo do curso; e
- **Dimensão profissionalizante:** que, implicando a primeira, diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do fazer do administrador em todas suas relações sócio-político, cultural e nas perspectivas da moral e da ética.

Tendo em vista essas duas dimensões, a estrutura curricular do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública Estratégica na modalidade a distância sustenta-se em dois módulos de estudos, a saber: **Módulo Comum**, que se refere aos fundamentos da administração e da administração pública e é comum aos três cursos de especialização ofertados pelo PNAP. Dentro deste módulo é contemplada também a pesquisa na área da Administração. **Módulo Específico**, contemplando as áreas de concentração do curso, abrangendo os saberes necessários à atuação na esfera pública geral em âmbito macro e à gestão organizacional.

## 8.3 Princípios Metodológicos

Tendo presente que a estrutura curricular deve incorporar a compreensão de que o próprio currículo e o próprio conhecimento devem ser vistos como construções e produtos de relações sociais particulares e históricas e, ainda, que deve ser orientado numa perspectiva crítica onde o processo de ação-reflexão-ação se coloque como atitude que possibilite ultrapassar o conhecimento de senso comum, três conceitos são escolhidos para servir não só de elo entre as diferentes áreas e os diferentes módulos de conhecimento, mas também de fio condutor para base metodológica do curso, a saber:



- a. **Historicidade:** é vista como característica das ciências. Através desse conceito, espera-se que o estudante perceba que o conhecimento se desenvolve, é construído, num determinado contexto histórico/social/cultural/ e, por isso mesmo, está sujeito às suas determinações. O desenvolvimento do conhecimento, por ser processual, não possui a limitação de início e fim, consubstanciando-se num *continuum* em que avanços e retrocessos se determinam e são determinados pelas condições histórico-culturais em que as ciências são construídas;
- b. **Construção:** é outro conceito que perpassa todas as áreas e núcleos de conhecimento do curso, para que o estudante fortaleça sua compreensão de que, se os conhecimentos são históricos e determinados, eles são resultados de um processo de construção que se estabelece no e do conjunto de relações entre ser humano/ser humano, ser humano/natureza e ser humano/cultura. Essas relações, por serem construídas num contexto histórico e culturalmente determinadas, jamais serão lineares e homogêneas e que ele, estudante deve se imbuir do firme propósito de transformar-se num profissional que não só faz uso de conhecimentos, mas também que produz conhecimentos;
- c. **Diversidade:** é importante que o estudante compreenda como as diferentes abordagens determinam diferentes posicionamentos políticos na ação administrativa.

#### 8.4 Princípios dinamizadores

Os princípios dinamizadores do currículo do curso são decorrentes não só de suas abordagens epistemológica e metodológica, mas também do fato de que os estudantes terão uma abordagem teórico-prática dos conteúdos trabalhados.

A adoção desse princípio implica uma dinâmica curricular que torne o vivido pensado e o pensado vivido, com a incorporação, no processo de formação acadêmica, da experiência profissional ou das práticas vividas pelos estudantes, a dialeticidade entre o desenvolvimento teórico das disciplinas e sua construção pela prática. Sendo assim, a reflexão teórica e a prática estarão presentes de forma dialetizada na experiência da formação profissional.

Essa direção metodológica implica inter-relações epistemológicas, em que a construção integradora do conhecimento se constitui como princípio também fundamental no desenvolvimento do curso, buscando-se o reconhecimento da autonomia relativa de cada área do saber e a necessária dialogicidade na busca da compreensão da realidade educacional.

Como o curso será desenvolvido na modalidade a distância, outros princípios se colocam como fundamentais na construção curricular: interação, autonomia, trabalho cooperativo, investigação, relação teoria e prática, flexibilidade e a relação dialógica.

### 8.5 Metodologia e Recursos Didático-Pedagógicos

Nos termos do artigo 1º do Decreto nº 9.057/2017, a Educação a Distância, modalidade de oferta do curso aqui proposto, caracteriza-se como mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem. A utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, entre estudantes, professores e tutores será a maneira de desenvolvimento das atividades educativas em lugares e/ou tempos diversos, promovendo a construção de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades, e o desenvolvimento da criatividade e da proatividade, pois

A educação a distância com a incorporação das tecnologias da informação e comunicação flexibiliza as relações entre tempo e espaço, propicia interação entre pessoas e destas com as informações disponibilizadas e com as tecnologias em uso, amplia o acesso às informações hipermidiáticas continuamente atualizadas, emprega mecanismos de busca e seleção de informações, permite o registro de processos e produtos, a recuperação, articulação e reformulação da informação, favorece a mediação pedagógica em processos síncronos e assíncronos, cria espaços de representação e produção de conhecimento. (ALMEIDA, 2009, n.p.).

Estes recursos são plenamente confirmados com a utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), que expande a prática educacional como a ação dialética entre professores e estudantes, fazendo uso dos recursos de comunicação para viabilizar e aperfeiçoar a relação desses com o saber. O uso dos recursos de comunicação, providos pelas diversas mídias (impressa, em vídeo ou digital), tem o viés de potencializar o processo de ensino-aprendizagem, enriquecendo e ampliando a recepção sensorial do estudante, para assim facilitar a apreensão dos

conteúdos e permitir a construção do conhecimento, em espaço de tempo e lugar mais adequados às exigências de disponibilidade do educando.

A metodologia desenvolvida pelo curso deverá fomentar o processo de reflexão da atuação profissional dos servidores envolvidos, possibilitando, dessa maneira, o debate e a sistematização das experiências estabelecendo diálogos permanentes entre o espaço atuação profissional e os conhecimentos (re)significados a partir dos componentes curriculares desse curso.

A proposta aqui pensada objetiva desenvolver conhecimentos, habilidades, atitudes e valores apropriados ao fazer gerencial cotidiano e ao desenvolvimento da gestão participativa. As atividades desenvolvidas nos diferentes componentes curriculares deverão favorecer o processo de ação-reflexão-ação nos/dos processos de gestão que os estudantes (servidores) desempenham.

O processo educativo consiste na autoaprendizagem. A partir das orientações do curso, totalmente mediadas por tecnologia, o estudante conduzirá o seu próprio processo de aprendizagem mediado pelas atividades propostas pelos professores no AVA e pelo acompanhamento dos mesmos.

O AVA é criado na plataforma *Moodle*, destinando-se aos cursos ofertados na modalidade a distância. A plataforma congrega as ferramentas de interação e realização das atividades de percurso, tais como o fórum, a tarefa, o *chat*, o questionário, entre outras possibilidades, propostas para o desenvolvimento de atividades contextualizadas e de experiências significativas ao longo do processo de formação. Somam-se a esse processo os recursos pedagógicos necessários ao ensino a distância, tais como: vídeos, animações, simulações, *links*, atividades interativas com professores e estudantes, biblioteca virtual e conteúdo da *Web*, possibilitando aos cursistas o desenvolvimento da autonomia da aprendizagem e, ainda, a facilidade na busca da informação e construção do conhecimento.

Portanto, nesse curso de especialização, a modalidade de educação a distância será assim desenvolvida em três semestres letivos, ministrados na modalidade EaD com a possibilidade de encontros presenciais não obrigatórios, por meio de atividades síncronas e assíncronas. As aulas serão todas disponibilizadas no AVA, considerando as especificidades e diferenças de fuso horário dos municípios em que residem os estudantes desse curso de especialização.

Nesta modalidade, a mediação pedagógica é imprescindível no processo de ensino e aprendizagem, pois, o conhecimento é construído a partir da interação de

múltiplas experiências individuais e coletivas realizadas por meio de ferramentas que viabilizam a interação do estudante com o grupo de estudantes/professor.

De acordo com estes princípios, o ambiente de aprendizagem deve propiciar a interação entre professor-estudante e estudante-estudante de forma ativa, crítica e participativa.

O material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico. Assim, os materiais produzidos para o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública Estratégica na modalidade a distância devem favorecer a construção da autonomia de estudo, desenvolver a curiosidade, a criatividade e privilegiar a capacidade de reflexão. O material deve ser elaborado a partir da perspectiva da interatividade do estudante a partir do princípio da relação dialógica.

A Educação a Distância no IFAM empregará procedimentos de ensino-aprendizagem, utilizando as novas tecnologias de informação e comunicação, para a oferta das disciplinas. Assim, adotaremos a seguinte metodologia de desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem:

- Disponibilização, impresso e/ou *online*, de referencial teórico dos componentes curriculares, de material didático e do conteúdo;
- Atividades interativas e dinâmicas virtuais para otimizar o aprendizado do estudante com base em conteúdos abordados nas aulas;
- Uso de mídias como suporte tecnológico, complementando a aprendizagem do estudante;

No ambiente virtual de aprendizagem, baseado na plataforma *Moodle*, haverá o suporte dos professores formadores, responsáveis pelo esclarecimento de dúvidas sobre os conteúdos das disciplinas.

Os recursos disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) possibilitarão a comunicação, coordenação e cooperação por meio de recursos, como, *chat*, fórum, videoaulas, agenda, *upload* de arquivos com diferentes extensões. Serão promovidos encontros entre professor e estudante mediados por tecnologia síncrona e assíncrona.

Para a produção de videoaulas, o IFAM proverá suporte aos professores por meio da utilização dos laboratórios do Curso Superior de Tecnologia em Criação e Produção Publicitária do *campus* Manaus Centro, devendo ser obedecidas as regras de agendamento e uso desse espaço

A integralização da carga horária dos componentes curriculares será realizada por meio do AVA e dos encontros presenciais nos campi/polos de oferta.

## 8.6 Avaliação da Aprendizagem

O ato de avaliar constitui-se em uma atividade exclusivamente humana. Ao direcionar o ato de avaliar para a dimensão didático-pedagógica entende-se que esse é um processo que deve ter como objetivo um acompanhamento sistemático do desenvolvimento do estudante assumido sob três dimensões: diagnóstica, formativa e somativa.

É nesta perspectiva que o processo de avaliação da aprendizagem é concebido nesse curso de especialização e, será realizado como parte integrante do processo educativo acontecendo ao longo do curso de modo a permitir o processo de ação-reflexão-ação da aprendizagem e a apropriação do conhecimento.

Na educação à distância, a proposta de avaliação do processo de aprendizagem do estudante deve considerar seu ritmo e estilo de aprendizagem, de forma a ajudá-lo a desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes observáveis no contexto da Gestão Pública, possibilitando-lhe alcançar os objetivos propostos no curso.

O curso está organizado em 2 módulos interdependentes. Cada componente curricular deverá contar com pelo menos dois instrumentos avaliativos. Durante o desenvolvimento do componente curricular deverá ser desenvolvido um desses instrumentos podendo ser: estudo de caso, produção de *paper*, ficha de observação de experiência prática, ficha analítica a partir de exibição de filmes, documentários, construção de planilhas, elaboração de relatórios, pesquisa, participação em *chats* ou fóruns de discussão entre outros instrumentos que o professor considerar adequado ao componente curricular que está sendo ministrado.

O segundo instrumento avaliativo, também individual, deverá ser desenvolvido ao término da disciplina por meio de atividade avaliativa. A atividade pode se constituir em questões discursivas ou objetivas, ou a junção das duas. A avaliação terá data e tempo determinados para realização e será disponibilizada no AVA dentro dessa marcação temporal.

O processo de avaliação da aprendizagem na modalidade de Educação a Distância (EaD) será contínuo, dinâmico e interativo, sendo o discente avaliado em todas as atividades propostas no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem

(AVEA) e nos encontros presenciais, compreendendo as dimensões diagnóstica, formativa e somativa.

Parágrafo único. O registro da avaliação da aprendizagem deverá ser expresso em nota e obedecerá a uma escala de valores de 0 a 10 (zero a dez), cuja pontuação mínima para promoção será 7,0 (sete), por disciplina, admitindo-se a fração de apenas 0,5 (cinco décimos). Os arredondamentos se darão de acordo com os critérios estabelecidos na Organização Didático Pedagógica do Instituto Federal de Educação do Amazonas.

Para efeito de cálculo da Média de cada disciplina, será considerada a seguinte expressão:

$$MD = \frac{\sum_{i=1}^n AVEA}{n} + \frac{2.NAF}{3} \geq 7,0$$

Onde:

MD = Média da Disciplina.

AVEA = Nota das Atividades do AVEA (Peso 1).

NAF = Nota da Avaliação Final (Peso 2).

Na modalidade de Educação a Distância, o docente deverá informar o resultado de cada avaliação, postando no AVEA, o instrumento de avaliação presencial com seu respectivo gabarito.

Os instrumentos de avaliação serão os mais diversificados, desde exercícios com defesas orais ou escritas, atividades de pesquisas, testes, provas, atividades práticas, relatórios, estudos de casos, relato de experiências, produção de textos, projetos orientados, feiras ou atividades culturais, dentre outros que estejam definidos nos planos de ensino e discutidos com os estudantes.

Poderão ser aplicados no mínimo 01 (um) e no máximo 02 (dois) instrumentos avaliativos em cada unidade do conteúdo programático, de acordo com o cronograma postado no AVEA.

Quanto à avaliação final, obrigatoriamente será aplicado, pelo menos, 01 (um) instrumento avaliativo, estabelecido em cada plano de ensino da disciplina, de acordo com o calendário de provas divulgado nos polos de apoio presencial.

Ao estudante que perder qualquer uma das avaliações deverá solicitar avaliação de segunda chamada seguindo o disposto no Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do IFAM, conforme Resolução Nº. 94 - CONSUP/IFAM, de 23 de dezembro de 2015.

### **8.7 Trabalho de Conclusão de Curso – TCC**

Serão destinadas 30h da carga horária total do curso para o desenvolvimento e defesa do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), conforme Resolução nº 94/2015 – CONSUP/IFAM.

O TCC se constituirá em um processo de reflexão sobre a relação teórico-prática oportunizada durante o desenvolvimento dos componentes curriculares desse curso de especialização em relação às atividades desenvolvidas pelos estudantes. Essa reflexão será materializada pela produção de um Artigo Científico, orientado por professores vinculados ao curso. Para a produção do Artigo Científico serão adotadas as normas técnico-científicas da ABNT.

O Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública Estratégica, na modalidade EaD só será integralizado após a entrega, seguida da defesa pública, por meio de videoconferência ou presencial, e aprovação por banca avaliadora composta por 3 professores vinculados ao curso, com a obtenção de nota mínima 7,0 (sete).

Os estudantes que não apresentarem o TCC e não fizerem sua defesa dentro do prazo mínimo para integralização do curso (18 meses) terão mais 3 meses após o prazo findado para a entrega e defesa do TCC.

Os artigos científicos produzidos para cumprimento do TCC deverão estar vinculados aos conteúdos trabalhados nas unidades curriculares.

Maiores informações sobre o TCC nas pós-graduações podem ser visualizadas na Resolução Nº. 43 - CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2017.

### **8.8 Aproveitamento de Estudos e Certificação**

No âmbito desse projeto pedagógico de curso, compreende-se o aproveitamento de estudos como a possibilidade de aproveitamento de disciplinas estudadas em outro curso de pós-graduação *lato sensu*; e a certificação de

conhecimentos como a possibilidade de reconhecimento de saberes adquiridos por meio de experiências previamente vivenciadas com o fim de alcançar a dispensa de componentes curriculares integrantes da matriz curricular do curso, por meio de uma avaliação teórica ou teórico-prática, conforme as características do referido componente curricular a ser dispensado.

Todos os processos relativos ao aproveitamento de estudos e à certificação de conhecimentos, adquiridos por meio de experiências vivenciadas previamente ao início do curso, serão tratados pela Coordenação do Curso atendendo o disposto na Resolução nº 94/2015 – CONSUP/IFAM.

Ao concluir todas as etapas do curso com aprovação de no mínimo nota 7,0 (sete), com frequência de 75% (a ser computada pelos professores por meio dos acessos ao AVA e entrega de atividades) e pela aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso, o estudante fará jus ao título de Especialista em Gestão Pública.

O controle da documentação escolar e a emissão de certificação deverão obedecer ao disposto na Resolução nº 94/2015 – CONSUP/IFAM.

## 9 CARGA HORÁRIA DO CURSO

A estrutura curricular do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública Estratégica na modalidade a distância é composta por um conjunto de disciplinas e um artigo científico que revele domínio do tema escolhido, tratamento científico adequado e sua apreciação por uma banca avaliadora. A carga horária total do curso é de **390 (trezentas e noventa) horas**.

Para a integralização curricular, o estudante deverá cumprir a carga horária referente aos componentes curriculares do curso, além da elaboração de artigo científico que é o Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

O curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública Estratégica na modalidade a distância terá a duração de 18 (dezoito) meses, divididos em três semestres, incluindo o cumprimento de todos os componentes curriculares, inclusive, a elaboração de artigo científico.

## 10 MATRIZ CURRICULAR DO CURSO

A estrutura curricular do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública Estratégica na modalidade a distância é composta por 12 disciplinas, totalizando 390 horas de aula. A cada dia útil deverá ser contabilizado 1h/aula, ou



seja, um componente curricular de 30 horas terá a duração de 30 (trinta) dias, excluindo-se os domingos. Os componentes curriculares estão distribuídos em dois módulos: o primeiro módulo constituído de disciplinas relacionadas à ambientação em EaD, ferramenta necessária à realização do curso e aos fundamentos da Administração Pública intitulado “Módulo Básico ou Comum”. O segundo módulo é voltado à construção de conhecimentos, saberes e tecnologias específicas e necessárias ao fazer cotidiano do gestor público direcionados aos estudos organizacionais e que embasam as questões teórico-práticas das necessidades sobre como a organização pode e deve ser intitulado “Módulo Específico”. O “módulo básico ou comum” abriga, também, as disciplinas voltadas à pesquisa na área da Administração resultando na construção do TCC.

O módulo básico é composto por seis disciplinas/atividades, de 30 horas, perfazendo um total de 180 horas:

**Quadro 1 – Matriz Curricular do Curso**

Ord.	Disciplinas / Atividades – Módulo Básico/Comum	C. H.	Semestre
1	Introdução a EaD	30	1
2	Política e Sociedade	30	1
3	Políticas Públicas	30	1
4	Gestão Pública	30	2
5	Metodologia da Pesquisa	30	1
6	TCC	30	3
-	<b>TOTAL DE HORAS</b>	<b>180</b>	

A função do Módulo Básico é propiciar ao estudante uma visão abrangente e atualizada das disciplinas que fundamentam a gestão pública contemporânea, contextualizando a sua aplicação na realidade brasileira e internacional. Esse referencial lhe permitirá compreender melhor, ao longo do Módulo Específico, os problemas e questões da atuação do Estado contemporâneo e sua Administração Pública.

O módulo específico em Gestão Pública é composto por quatro disciplinas de 30 horas e duas de 45 horas, perfazendo um total de 210 horas:

Ord.	Disciplinas / Atividades – Módulo Específico	C. H.	Semestre
7	Orçamento e Finanças Governamentais	30	2
8	Planejamento Estratégico e Gestão de Projetos	30	2
9	Licitações, Contratos e Convênios	30	2

10	Estruturas, Processos e Arranjos Organizacionais	45	3
11	Gestão de Pessoas	30	3
12	Governo Digital	45	3
-	<b>TOTAL DE HORAS</b>	<b>210</b>	

## 11 EQUIPE DE PROFESSORES

A equipe de professores do Curso de Especialização em Gestão Pública Estratégica será constituída por servidores do quadro efetivo do IFAM, bem como, de docentes externos, com titulação mínima de mestre e formação acadêmica na área de atuação dentro do curso. Essa equipe será selecionada por meio de carta convite com anuência da chefia imediata.

Dentre as atribuições dos professores, destaca-se:

- Elaborar o plano de ensino referente a sua disciplina, discutindo com a coordenação do curso os procedimentos metodológicos e de avaliação;
- Produzir o material didático, atendendo as ementas e conteúdos definidos para a disciplina;
- Interagir com o grupo de trabalho multidisciplinar para estabelecer as mídias que darão suporte à edição, formatação e ilustração do material didático.
- Interagir com o grupo de trabalho multidisciplinar para a definição dos recursos que darão suporte à disciplina;
- Propor atividades a distância com o objetivo de promover a autonomia e a colaboração entre os estudantes e favorecer a aprendizagem;
- Planejar e executar o processo de avaliação dos estudantes;
- Corrigir as avaliações realizadas com os estudantes e comunicar os resultados à coordenação de curso.

## 12 TUTORES PRESENCIAIS

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a ressignificação da educação a distância, por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espaço da escola tradicional.

O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único, O tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do

processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas, as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

No desenvolvimento do curso, o tutor a distância ou presencial pode se responsabilizar pelo acompanhamento e avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se ele coloca-se em atitude de questionamento reconstrutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria-prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele relaciona-se com outros estudantes para estudar, se participa de organizações ligadas à formação profissional ou a movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, neste processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação adequada, em termos dos aspectos didático-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico-metodológica do curso.

Como recursos para interlocução entre tutores e estudantes, poderão ser utilizados:

- Ambiente Virtual, com recursos de fórum, *chat*, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;
- Videoaulas;
- Telefones – fixo e móvel
- *E-mails*.

Os tutores serão selecionados por meio de Edital específico do IFAM.

### 13 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A equipe multidisciplinar que atuará no curso será composta pela equipe de professores, tutores, equipe técnico-pedagógica - em nível sistêmico que apoia as ações nos *campi* e nos polos de apoio presencial - e pessoal técnico-administrativo, que assume funções de apoio administrativo e funções técnicas para produção e manutenção das TIC's e do AVA utilizados no Curso.

O Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública Estratégica será ofertado nos *campi*, a distância, com os seguintes técnicos na Equipe Multidisciplinar:

- Assistente Social: orientação social sobre direito, deveres, serviços e programas.
- Bibliotecário: organização, classificação e catalogação dos referenciais bibliográficos.
- Pedagogo: orientação de medidas que visem melhorar os processos pedagógicos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Psicólogo: compreensão das dinâmicas mentais que atuam no processo educativo, desenvolvendo competências e evitando desajustes
- Técnico em Assuntos Educacionais: assessoramento das atividades de ensino, pesquisa e extensão para regularidade do processo educativo.

O CAPNE's atua nos campi auxiliando os discentes e servidores com necessidades educacionais específicas, conforme orienta a Resolução N° 9238/99 e a Resolução CNE/CEB N° 02/2001 assegurando a plena integração da pessoa portadora de deficiência no contexto sócio-econômico e cultural. São encontrados intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, que garantem o cumprimento da Lei N° 10436/2001 facilitando a comunicação e expressão, bem como adaptações de materiais didáticos e outros recursos para melhor atendimento dos discentes com deficiência. Os CAPNE's desenvolvem também cursos livres de extensão e outras atividades inclusivas.

#### **14 CURSO DE FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

Para a realização do Curso de Especialização *Lato Sensu* em Gestão Pública Estratégica na modalidade a distância está previsto curso de formação para professores, tutores, coordenadores e membros da equipe multidisciplinar.

A formação será promovida pela Diretoria de Educação a Distância (DED), realizada nas dependências do IFAM e será ministrada por profissionais com conhecimentos e experiências pedagógicas e em Educação a Distância, uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs) e de ambiente virtual de aprendizagem (AVA). A formação ocorrerá em período que antecederá o início do curso.

#### **15 GESTÃO ACADÊMICA E ADMINISTRATIVA**

A gestão acadêmica e administrativa do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública Estratégica na modalidade a distância será exercida pela Coordenação do Curso em diálogo com a Diretoria de Educação a Distância.

À Coordenação de Curso caberá as seguintes atribuições:

- Acompanhar as atividades professores e de tutoria para que sejam cumpridos os pressupostos didático-pedagógicos do curso no *campus*;
- Acompanhar a dinâmica do curso, observando os resultados das avaliações, os indicadores de evasão e desistência;
- Analisar e emitir pareceres sobre os procedimentos acadêmicos-administrativos do curso;
- Motivar a interação docente a fim de promover as relações interdisciplinares e transversais dos componentes curriculares.

O sistema acadêmico utilizado será o SIGAA, mesmo sistema utilizado pelo IFAM nos cursos presenciais. Por meio do SIGAA os estudantes terão acesso, via Internet, a: informações institucionais, notas, plano de ensino da disciplina, matriz curricular, histórico entre outros documentos acadêmicos no módulo "*lato sensu*".

O SIGAA permitirá ao professor autonomia para gerenciar os dados pertinentes a sua disciplina, tais como, registro de conteúdo, notas, emissão de diários, dentre outros.

O IFAM possui autonomia e infraestrutura para dar suporte ao armazenamento e gerenciamento de dados acadêmicos, cabendo à Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (DGTI) prover a manutenção do SIGAA e todas as políticas de segurança e *backup* dos dados.

Os registros acadêmicos dos estudantes serão realizados pelo Departamento de Registros de Diplomas a quem compete: efetuar matrícula; efetuar registros acadêmicos; organizar e manter sob sua guarda as pastas individuais dos estudantes; receber, preparar e informar os processos relativos aos estudantes; preparar e emitir documentos acadêmicos; preparar, emitir e efetuar registro de certificados de conclusão e/ou diplomas de cursos; verificar e atestar a regularidade de registros acadêmicos em documentos.

O registro de conteúdo, frequência e notas será feito também pelo SIGAA. Todos os professores terão acesso ao sistema acadêmico e poderão realizar o registro em tempo real. Ao final de cada disciplina deverão entregar os diários de classe preenchidos e assinados eletronicamente para o coordenador de curso.

Os *campi* ofertantes do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública Estratégica na modalidade a distância disponibilizarão sua infraestrutura, além de auxiliar na gestão acadêmico-administrativa, contabilizando as matrículas dos estudantes em seus respectivos registros acadêmicos. Os polos de apoio presencial ficarão responsáveis pelo contato direto com os estudantes e o provimento de infraestrutura física e tecnológica para o acompanhamento do curso.

## 16 INFRAESTRUTURA E GESTÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA

A Educação a Distância, embora prescindida da relação face a face em todos os momentos do processo ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores tutores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Dentre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- A implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- A produção e organização de material didático apropriado à modalidade;
- Os processos de orientação e avaliação próprios;
- O monitoramento do percurso do estudante;
- A criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de estudo dos estudantes.

Para o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública Estratégica na modalidade a distância, a estrutura e a organização do sistema que dará suporte à ação educativa, preveem:

### - Rede Comunicacional

Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos Polos/*campi* ofertantes com as coordenações e, também, entre eles quando se fizer necessário. Para tanto, é imprescindível a organização de estrutura física e acadêmica nos Polos/*campi*, com a garantia de:

- Manutenção de equipe técnico-pedagógica, apoiada pela equipe multidisciplinar, para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso; e
- Manutenção dos laboratórios tecnológicos, que deem suporte à rede comunicacional prevista para os cursos e a organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Polos/*campi*.

## 17 AMBIENTES EDUCACIONAIS E RECURSOS DIDÁTICOS DE SUPORTE

### 17.1 Biblioteca

O IFAM possui o Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI que permite o compartilhamento de serviços e produtos, portanto, a comunidade do IFAM pode fazer uso de qualquer biblioteca, com preferência à vinculado ao Campus/polo que oferta o curso.

As bibliotecas possuem acesso às normas da ABNT e Mercosul de forma Online, bem como de 37 bases de dados no Portal da Capes.

O catálogo do acervo físico é disponível de forma online, que pode ser verificado em <http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/ensino/proen/biblioteca>, assim como a listagem de bibliotecas virtuais em acesso aberto.

O IFAM disponibiliza ainda acesso à plataforma digital Minha Biblioteca (<https://bms.minhabiblioteca.com.br/catalogos>) para acesso a e-books. A plataforma é composta por 15 editoras e 38 selos editoriais com acesso a mais de 12 mil títulos em português para a comunidade acadêmica, com acesso simultâneo. Acesso online e remoto.

O IFAM possui o Repositório Institucional com o objetivo de reunir, organizar e disponibilizar a produção técnica e científica, contribuindo assim para o livre acesso às informações produzidas no instituto e voltadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O Sistema Integrado de Bibliotecas possui os seguintes documentos norteadores:

- Resolução nº. 31 CONSUP/IFAM de 23 de junho de 2017 que trata do Regimento do Sistema Integrado de Bibliotecas do IFAM;
- Resolução nº. 46 CONSUP/IFAM de 13 de julho de 2015 que aprova o Regulamento Interno das Bibliotecas do IFAM.;
- NOTA TÉCNICA Nº 01 - PROEN/IFAM, de 20 de setembro de 2018 que trata da Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções;
- Manual Trabalho de Conclusão de Curso.

### 17.2 Laboratório de Informática

Considerando que o curso será ministrado utilizando-se o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, o uso do laboratório de informática do polo presencial/*campi* será o mais amplo possível, devendo ser utilizado tanto como

ambiente de aula, como para o desenvolvimento de pesquisas e atividades práticas propostas pelos componentes curriculares constituintes do Curso.

### 17.3 Laboratórios Específicos

Haverá, pelo menos, um laboratório de informática disponível ao curso em cada polo/*campi* ofertante. Este deverá ser composto por computadores com *softwares* atualizados, acesso à internet e interface com diversas mídias para ofertar suporte às aulas, aos estudos autônomos dos estudantes e para o desenvolvimento de metodologias de pesquisa na internet e outras formas de desenvolvimento de estudo, que os professores em seus planos definirão como pertinentes.

### 17.4 Recursos de Hipermídia

Como recursos de hipermídia nos polos/*campi* estarão disponíveis: televisores, computadores, projetores multimídia, telas de projeção, equipamentos para salas de EaD e de transmissão televisiva via satélite, com canal próprio, além de impressoras e *scanners*.

### 17.5 Infraestrutura e Recursos Específicos para EaD

Os recursos tecnológicos são imprescindíveis para a realização de qualquer atividade no contexto atual. A tecnologia passou a ser uma aliada fundamental para todo tipo de atividade da/na atualidade, especialmente na EaD, que precisa contar, principalmente, com redes informáticas internas e telefones.

Existem equipamentos que favorecem o desenvolvimento de aulas dinâmicas, criativas, interativas e modernas, tais como: aparelhos de projeção multimídia, TVs, computadores, impressoras.

### 17.6 Polos de Apoio Presencial

O Curso poderá contar com Polos de Apoio Presencial (PAP's) para atender os estudantes de municípios e distritos adjacentes. Os PAP's são unidades administrativas e pedagógicas que devem oferecer uma estrutura mínima para receber tutores, professores, coordenadores de polo, assistentes e, especialmente, estudantes do curso. Para tanto, se constituem em um espaço privilegiado de acolhimento, desenvolvimento de atividades curriculares, interação entre professor-estudante, estudante-estudante e demais sujeitos, bem como para contribuir em um atendimento personalizado, quando necessário ou solicitado pelo estudante.



Para ofertar o suporte necessário, o PAP conta com uma equipe de acompanhamento, a saber:

- **Coordenador de Polo:** acompanha e coordena as atividades de polo.
- **Tutor Presencial:** responsável pelo apoio pedagógico e administrativo, acompanha os estudantes durante a transmissão da aula, aplicando as atividades passadas pelo professor. Contabiliza e registra notas e faltas.

Dessa maneira, cada Polo de Apoio Presencial deve possuir infraestrutura física, tecnológica e pedagógica para propiciar um suporte adequado aos estudantes na realização das atividades previstas neste PPC.

## 18 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

### 18.1 Avaliação do Curso

A avaliação do curso será realizada por meio da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da IFAM que proverá os mecanismos de avaliação, considerando as orientações do Sistema Nacional de Educação Superior (SINAES).

No processo de avaliação serão elaborados questionários digitais, os quais serão respondidos via Internet. Estes questionários serão organizados por categorias: estudantes, atuação pedagógica, recursos didáticos, gestão, relacionamento, atendimento e recursos materiais. Os dados produzidos serão tabulados e analisados pela comissão de avaliação que divulgará os resultados por meio de relatórios analíticos. Estes relatórios, por sua vez, serão entregues a Pró-Reitoria de Ensino que em conjunto com a Diretoria de EaD irá planejar e executar ações para a melhoria e correção do processo.

### 18.2 Avaliação dos Subistemas EaD

A avaliação dos subsistemas de EaD presentes no curso de Gestão Pública Estratégica tem por objetivo controlar e aprimorar as etapas do processo pedagógico para garantir o alcance dos objetivos propostos para o curso.

Para tanto, será aplicada a avaliação 360 graus, de forma continuada, realizada pelos sujeitos do processo ensino-aprendizagem, entre eles, estudantes, tutores, professores e coordenadores de curso, contemplando os seguintes aspectos:

- Desempenho dos estudantes;
- Desempenho dos tutores;
- Desempenho dos professores;

- Adequação do sistema de tutoria;
- Adequação do Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- Qualidade do material impresso e/ou de multimídia interativa;
- Qualidade e adequação do atendimento administrativo;
- Desempenho da coordenação do curso;
- Eficácia do curso.

A estrutura de EaD projetada para o curso possibilita a integração das ações dos atores de EaD, permitindo controle e sinergia no processo ensino-aprendizagem, assim como a prática de acompanhamento efetivo do estudante e sua avaliação em dimensão sistêmica e continuada.

Os resultados das avaliações deverão ser utilizados com a função de retroalimentar os subsistemas de EaD objetivando o aprimoramento e novos patamares de qualidade e eficácia.

### 18.3 Avaliação do Curso

As dimensões de avaliação do curso serão: avaliação de desempenho dos tutores/professores e a avaliação da coordenação. A avaliação de desempenho dos tutores/professores será realizada pelos estudantes ao final de cada componente curricular e em formulário específico, quando serão avaliados aspectos como: relação teoria/prática, atividades pedagógicas atuais e exequíveis, capacidade de motivação. A avaliação da coordenação será feita por 25% de estudantes e por todos os professores que atuam no curso. Deverá ser avaliada a partir de critérios como: capacidade de resolução de problemas, organização e empatia da coordenação.

## REFERÊNCIAS

ABRÚCIO, Fernando L.; COUTO, Cláudio G. A redefinição do papel o Estado no âmbito local. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 10, n. 3, p. 40-47, 1996.

ABRÚCIO, Fernando L. Reforma do Estado no federalismo brasileiro: a situação das administrações públicas estaduais. **Revista de Administração Pública - RAP**, vol. 39, n. 2, p. 401-420, mar./abr. 2005.

BANCO MUNDIAL. Brasil: elementos de uma estratégia de cidades. *Document of the World Bank*. **Relatório nº 35.749-BR**. Brasília: Banco Mundial/Departamento do Brasil, novembro 2006. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTBRAZIL/Resources/Cidadesbr.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

BRANDIÃO, Hugo J.; PALASSI, Márcia P.; FERREIRA, Dirce N. A. **Administração Pública**. Campo Grande/MS: MEC/UAB-UFMS, 2007.

COSTA, Marisa V. Discutindo a escola básica em tempos de neoliberalismo: uma conversa introdutória. In: COSTA, Marisa V. (Org.). **Escola básica na virada do século: cultura, política e currículo**. São Paulo: Cortez, 1996.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos Municípios Brasileiros – Cultura 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ho-me/estatística/economia/perfilmunic/cultura2006/>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

IFAM. **Resolução Nº. 43 - CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2017**. Que aprova o Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação e Pós-Graduação Lato Sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. Manaus, AM: IFAM, 2017.

IFAM. **Resolução Nº. 94 - CONSUP/IFAM, de 23 de dezembro de 2015**. Que altera o inteiro teor da Resolução nº 28-CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2012, que trata do Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM. Manaus, AM: IFAM, 2015.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Revista de Administração Pública – RAP**, vol. 40, n. 3, p. 479-499, mai./jun. 2006.

PINHO, José A. G.; SANTANA, Mercejane, W. O governo municipal no Brasil: construindo uma nova agenda política na década de 90. Programa Gestão Pública e Cidadania. **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania**, vol. 20, 2001. Disponível em: <[http://inovando.fgvsp.br/conteudo/documentos/cadernos\\_gestaopublica/CAD%2020.pdf](http://inovando.fgvsp.br/conteudo/documentos/cadernos_gestaopublica/CAD%2020.pdf)>. Acesso em: 12 jun. 2020.

PRETI, Oreste. (Org.) **Educação a Distância: inícios e indícios de um percurso**. Cuiabá: NEAD/IE, UFMT, 1996.

## APÊNDICE 1 – EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA

A seguir serão apresentadas as ementas e as bibliografias básicas e complementares propostas para os componentes curriculares que compõem o curso.

### Disciplina 1 – Introdução a EaD – 30h

<b>EMENTA</b>
Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EaD: processos de comunicação, processos de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EaD. Ambientes Virtuais de Ensino-Aprendizagem – AVEA: estratégias de interação. Metodologias Digitais.
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>
CORRÊA, Denise Mesquita. <b>Introdução à educação a distância e AVEA</b> . 2ª ed. Florianópolis: IFSC, 2014.
HACK, Josias Ricardo. <b>Introdução à educação a distância</b> . Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.
VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. <b>Introdução à educação a distância</b> . Fortaleza: RDS Editora, 2010.
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>
LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. <b>Educação a Distância – o estado da arte</b> . São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.
MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Márcio Gilberto de Souza. <b>Educação a Distância: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem</b> . São Paulo: Saraiva, 2015.
MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. <b>Educação a distância: pontos e contrapontos</b> . São Paulo: SUMMUS, 2011.
SALES, Mary Valda Souza; VALENTE, Vânia Rita; ARAGÃO, Claudia. <b>Educação e tecnologias da informação e comunicação</b> . Salvador: UNEB/EAD, 2010.
SIEBRA, Sandra de Albuquerque; MACHIAVELLI, Josiane Lemos. <b>Introdução à educação a distância e ao ambiente virtual de aprendizagem</b> . Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.

## Disciplina 2 – Política e Sociedade - 30h

**EMENTA**

Formas de governo e regimes políticos. Estado e desenvolvimento. Federalismo. Estado e sociedade no Brasil: participação social. Representação política e sistemas partidários: processo eleitoral brasileiro. Sistema político e instituições públicas brasileiras: presidencialismo de coalizão; relações entre os poderes; judicialização da política.

**REFERÊNCIAS BÁSICAS**

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Org.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. 3ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung/Fundação UNESP, 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Construindo o Estado Republicano**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

EVANS, Peter. **Autonomia e parceria: estados e transformação industrial**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

**REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES**

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 13ª Edição. Brasília: UNB, 2010.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. 13ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política: quem manda, por que manda, como manda**. São Paulo: Objetiva, 2010.

SANTOS, Reginaldo Souza. **Administração política como campo do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 2010.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: UnB, 2012.

## Disciplina 3 – Políticas Públicas

<b>EMENTA</b>
Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. O ciclo das políticas públicas: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. A participação da sociedade no ciclo das políticas públicas. Globalização e políticas públicas. Tendências e questões atuais neste campo de estudo.
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>
FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). <b>Implementação de Políticas Públicas. Teoria e Prática</b> . Belo Horizonte: PUC MINAS, 2012.
SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane. (Org.). <b>Políticas Públicas</b> . Coletânea. Brasília: ENAP, vols. 1 e 2. 2006. Parcialmente disponível em: <a href="http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1_0101_saravia.pdf">http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1_0101_saravia.pdf</a> .
WU, Xu; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. <b>Guia de políticas públicas: gerenciando processos</b> . Brasília: Enap, 2014. Disponível em: <a href="http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20Gerenciando%20Processos.pdf">http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20Gerenciando%20Processos.pdf</a>
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>
HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco. (orgs.). <b>Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise</b> . Brasília: UnB, 2014.
HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE Marta; MARQUES, Eduardo. (orgs.). <b>Políticas públicas no Brasil</b> . Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.
HOWLETT, Michael.; RAMESH, M.; PERL, Anthony. <b>Políticas públicas: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral</b> . Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
LUBAMBO, Cátia W.; COELHO, Denilson B.; MELO, Marcus André. (org.). <b>Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo</b> . Petrópolis: Vozes, 2005.
SOUZA, Celina; DANTAS NETO, Paulo Fábio (Orgs). <b>Governo, Políticas Públicas e Elites Políticas nos Estados Brasileiros</b> . Rio de Janeiro: Revan, 2015.

## Disciplina 4 – Gestão Pública

**EMENTA**

Gestão pública como campo interdisciplinar. Teorias e modelos da Administração Pública: a visão clássica da dicotomia entre política e administração; as abordagens políticas da administração pública; a “Nova Gestão Pública”; a abordagem da governança e do setor público não-estatal. Transparência, *accountability* e *responsiveness*: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados. Experiências de inovação e reforma administrativa na união e nos entes federados brasileiros: desburocratização, regulação, descentralização, parcerias, participação social e governo eletrônico.

**REFERÊNCIAS BÁSICAS**

COSTIN, Claudia. Administração Pública. São Paulo: Elsevier Brasil, 2010.

DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas J. **Teorias da administração pública**. 7ª edição. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (orgs.). **Administração pública: Coletânea**. São Paulo / Brasília: UNESP / ENAP, 2010.

**REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES**

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (Org.). **Reforma do estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

FREDERICKSON, H. George; SMITH, Kevin B.; LARIMER, Christother W.; LICARI, Michael J. **The public administration theory primer**. Oxford: Westview Press, 2011.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (Org.). Inovação no campo da gestão pública local. Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública**: limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. Fundamentos de administração pública brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

## Disciplina 5 – Metodologia da Pesquisa

<b>EMENTA</b>
Ética em pesquisa, comitê de ética e plágio acadêmico. Delimitação do objeto de pesquisa: tema, problema, justificativa e objetivos; Revisão da literatura: estado da arte do problema. Estratégias metodológicas da pesquisa: (i) a complementariedade das abordagens qualitativa e quantitativa; (ii) tipos de pesquisa com ênfase em estudo de casos e projetos de intervenção; (iii) técnicas e instrumentos de levantamento de dados; (iv) tratamento, análise e apresentação dos resultados. Orientações e Normatizações para Redação Científica (uso da ABNT).
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. <b>Metodologia científica</b> . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.  RICHARDSON, Roberto Jarry et al. <b>Pesquisa social: métodos e técnicas</b> . 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.  VERGARA, S.C. <b>Métodos de Pesquisa em Administração</b> . 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>
CRESWELL, John W. <b>Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto</b> ; tradução Magda Lopes. – 3 ed. – Porto Alegre: ARTMED, 296 páginas, 2010.  GIL, Antonio Carlos. <b>Métodos e técnicas de pesquisa social</b> . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.  SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista. <b>Metodologia de Pesquisa</b> . 5ª ed. Porto Alegre: Penso, 2013.  SEVERINO, Antônio Joaquim. <b>Metodologia do trabalho científico</b> . 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.  YIN, Robert. <b>Estudo de Caso: Planejamento e Métodos</b> . 4ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.



## Disciplina 6 – TCC

<b>EMENTA</b>
O artigo científico como Trabalho de Conclusão de Curso: tipos, requisitos e normas básicas para elaboração do artigo. Linguagem e normas de apresentação gráfica. Elaboração do artigo científico: etapas de construção conforme modelo institucional. Apresentação do artigo à banca. Linguagem científica. Plágio.
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. <b>Metodologia científica</b> . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007. RICHARDSON, Roberto Jarry et al. <b>Pesquisa social: métodos e técnicas</b> . 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007. SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS DO IFAM. <b>Manual TCC IFAM</b> . Manaus: IFAM, 2018. Disponível em: <a href="http://www2.ifam.edu.br/campus/cmzl/arquivos/manualtccifam1ediofinal.pdf">http://www2.ifam.edu.br/campus/cmzl/arquivos/manualtccifam1ediofinal.pdf</a> . Acesso em: 31 mar 2021.
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>
CRESWELL, John W. <b>Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto</b> ; tradução Magda Lopes. – 3 ed. – Porto Alegre: ARTMED, 296 páginas, 2010. GIL, Antonio Carlos. <b>Métodos e técnicas de pesquisa social</b> . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007. SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista. <b>Metodologia de Pesquisa</b> . 5ª ed. Porto Alegre: Penso, 2013. SEVERINO, Antônio Joaquim. <b>Metodologia do trabalho científico</b> . 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007. VERGARA, S.C. <b>Métodos de Pesquisa em Administração</b> . 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.

## Disciplina 7 – Orçamento e Finanças Governamentais

<b>EMENTA</b>
Atividade financeira do Estado: falhas do mercado; funções do governo. Política fiscal, atividade econômica e finanças públicas: tributação e gasto público. Necessidade de financiamento do setor público, déficits e dívida pública. Planejamento Orçamentário: PPA, LDO e LOA. Experiências de Orçamento Participativo. Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Crimes Fiscais. Controle social e transparência. Estudos de casos aplicados.
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>
GIAMBIAGI, Fábio e Ana Cláudia Duarte ALEM. <b>Finanças públicas: teoria e prática no Brasil</b> . 5ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.
GIACOMONI, James. <b>Orçamento público</b> . 17ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.
PADOVEZE, Clóvis Luís. <b>Planejamento Orçamentário</b> . 3ª.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>
CREPALDI, Silvio. <b>Orçamento Público: Planejamento, Elaboração e Controle</b> . São Paulo: Saraiva, 2013
JONATHAN Gruber. <b>Finanças Públicas e Política Pública</b> . Editora LTC.
HARVEY S. ROSEN; TED GAYER. <b>Finanças Públicas</b> . McGraw-Hill. Ano: 2015.
MATIAS-PEREIRA, José. <b>Finanças Públicas: A política orçamentária no Brasil</b> . 4a. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.
REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando (org). <b>A reforma esquecida: orçamento, gestão pública e desenvolvimento</b> . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

## Disciplina 8 – Planejamento Estratégico e Gestão de Projetos

<b>EMENTA</b>
Planejamento Estratégico: conceitos, modelos, etapas e instrumentos. Elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos. Técnicas e instrumentos: redes de programação, cronogramas, orçamento financeiro. Equipe e estruturas de organização de projetos. Prospecção de fontes de financiamento. Relatórios de desempenho. Encerramento físico-financeiro de projetos. Estudos de casos aplicados.
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>
MINTZERG, Henry. <b>Safari de Estratégia: Um Roteiro pela Selva do Planejamento Estratégico</b> . 2ª. Ed. São Paulo: Bookman, 2010.
MOORE, Mark H. <b>Criando Valor Público: gestão estratégica no governo</b> . Rio de Janeiro: Letras & Expressões; Brasília: Enap, 2002.
PRADO, Darci. <b>Planejamento e Controle de Projetos</b> , 8ª ed. Nova Lima: Ed. Falconi, 2014.
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>
ANDRADE, Arnaldo Rosa de. <b>Planejamento Estratégico: Formulação, Implementação e Controle</b> . 2ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2016.
CONTADOR, Cláudio R. <b>Projetos sociais: avaliação e prática</b> . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. <b>Planejamento Estratégico – Conceitos, Metodologia e Práticas</b> . 33ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.
PMI. <b>Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos</b> . 6ª. Ed. Brasília: PMI do Brasil, 2017.
TCU. <b>Guia de Referência do Sistema de Planejamento e Gestão</b> . Brasília: Tribunal de Contas da União, Seplan, 2008.

## Disciplina 9 – Licitações, Contratos e Convênios

<b>EMENTA</b>
Licitação: aspectos gerais, princípios constitucionais, dispensa e inexigibilidade. O processo de licitação: modalidades, fases, revogação e invalidação, controle. Registro de Preços. Regime Diferenciado de Contratação. Uso do poder de compra e a sustentabilidade nas licitações. Gestão de Contratos. Modalidades de contratos administrativos. Terceirização. Convênios. Planejamento de compras governamentais e Gestão de Suprimentos na administração pública. Análise da Legislação Local. Estudos de casos aplicados.
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>
JUSTEN FILHO, Marçal. <b>Comentários à lei de licitações e contratos administrativos</b> . 17ª ed. São Paulo: RTB, 2016.
MOTTA, Carlos Pinto Coelho. <b>Eficácia nas licitações e contratos</b> . 12. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.
TOLOSA FILHO, Benedito de. <b>Licitações, Contratos e Convênios</b> . Curitiba: Juruá, 2016.
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. <b>Direito administrativo</b> . 29 ed. São Paulo, Atlas, 2016.
FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. <b>Vade-Mécum de Licitações e Contratos</b> . 7.ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.
GASPARINI, Diógenes. <b>Direito administrativo</b> . 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
JUSTEN FILHO, Marçal. <b>Curso de direito administrativo</b> . 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. <b>Curso de direito administrativo</b> . 33ª ed. São Paulo: Malheiros, 2018

## Disciplina 10 – Estruturas, Processos e Arranjos Organizacionais

<b>EMENTA</b>
Organização e mudança. Desenho organizacional. Condicionantes e componentes da estrutura organizacional. Centralização e descentralização. Alinhamento de estruturas, sistemas e processos organizacionais. Tendências atuais em desenhos e arranjos organizacionais. Estudos de casos aplicados.
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>
BALLESTERO-ALVAREZ, Maria Esmeralda. <b>Manual de Organização, Sistemas e Métodos</b> . São Paulo: Atlas, 2015.
CRUZ, Tadeu. <b>Sistemas, Métodos e Processos</b> : administração organizacional por meio de processos de negócios. São Paulo: Atlas, 2015.
ARAÚJO, Luís César Gonçalves de. <b>Organização, Sistemas e Métodos e as Tecnologias de Gestão Organizacional</b> . (2 Vols.) São Paulo: Atlas, 2007
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>
CURY, Antonio. <b>Organização e métodos: uma visão holística</b> . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
D'ASCENÇÃO, Luiz Carlos M. <b>Organização, Sistemas e Métodos</b> . São Paulo: Atlas, 2001.
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. <b>Sistemas, Organização e Métodos</b> : uma abordagem gerencial. São Paulo: Atlas, 2013.
ROCHA, Mateus. <b>Análise Organizacional</b> . Rio de Janeiro: SESES, 2015.
CARREIRA, Dorival. <b>Organização, Sistemas e Métodos</b> (2ª Ed.). São Paulo: Saraiva, 2009.

## Disciplina 11 – Gestão de Pessoas

**EMENTA**

Abordagens e modelos de gestão de pessoas. Liderança e motivação: teorias e críticas. Políticas e gestão estratégica de pessoas na Administração Pública. Gestão de competências e desenvolvimento de pessoas. Estudos de casos aplicados.

**REFERÊNCIAS BÁSICAS**

BERGAMINI, Maria Cecília Whitaker. **Motivação nas Organizações** 6ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2013.

CAMÕES, Marizaura Reis de Souza; MENESES, Pedro Mauro Murce. Gestão de Pessoas no Governo Federal: análise da implementação da política nacional de desenvolvimento de pessoal. **Cadernos ENAP, N. 45**: Brasília, 2016.

FERNANDES, Bruno Rocha. **Gestão Estratégica de Pessoas com Foco em Competência**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

**REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES**

ARAÚJO, Luís Cesar G. **Gestão de pessoas**: estratégias e integração organizacional. São Paulo: Atlas, 2006.

BERGAMINI, Maria Cecília Whitaker. **Liderança. Administração do Sentido** 2ª. Ed.. São Paulo: Atlas, 2009.

BOHLANDER, George; SNELL, Scott; SHERMAN, Arthur. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

DEMO, Gisela. **Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações**: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional. São Paulo: Atlas, 2008.

IORIO, Célia Soares. **Manual de Administração de Pessoal** 17ª. Ed. São Paulo: Senac, 2017.

## Disciplina 12 – Governo Digital

<b>EMENTA</b>
Sociedade da informação. Conceitos e abordagens sobre o governo digital. Governança eletrônica: transparência, participação social e democracia. Governo digital no Brasil: avanços, obstáculos e perspectivas. Inclusão sócio digital no Brasil. Estudos de casos aplicados.
<b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>
CEPIK, Marco, CANABARRO, Diego Rafael (orgs.). <b>Governança de TI - Transformando a Administração Pública no Brasil</b> , Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. Disponível em: <a href="https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_48.pdf">https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_48.pdf</a>
PINHO, José Antonio Gomes de (org). <b>Estado, sociedade e interações digitais: expectativas democráticas</b> , Salvador: UFBA, 2012.
SANTOS, Milton. <b>Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal</b> . São Paulo: Record, 2000.
<b>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</b>
CASTELLS, Manuel. <b>A Sociedade me Rede - a era da informação</b> 10ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz Terra, 2016.
CGI.br. <b>Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação no setor público brasileiro: TIC Governo Eletrônico 2013</b> , São Paulo : Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014. Disponível em: <a href="http://cgi.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_eGOV_2013_LIVRO_ELETRONICO.pdf">http://cgi.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_eGOV_2013_LIVRO_ELETRONICO.pdf</a>
FOUNTAIN, Jane E. <b>Construindo um Estado Virtual – Tecnologia da Informação e Mudança Institucional</b> . Brasília, ENAP, 2005.
GUIMARÃES, Tomás de Aquino; MEDEIROS, Paulo Henrique Ramos. <b>A relação entre governo eletrônico e governança eletrônica no governo federal brasileiro</b> . Cadernos EBAPE.BR, v. 3, n. 4, p. 1-18, dezembro 2005. Disponível em: <a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1679-39512005000400004&amp;lng=en&amp;nrm=iso">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1679-39512005000400004&amp;lng=en&amp;nrm=iso</a>
VAZ, José Carlos. <b>Administração Pública e Governança Eletrônica?</b> Possibilidades e Desafios para a Tecnologia da Informação. In: Governo Eletrônico - Os Desafios da Participação Cidadã. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer. Série Debates no. 24. Dezembro 2002.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS

**PROJETO POLÍTICO DE CURSO Nº 18/2023 - PROT/REITORIA (11.01.01.05.01.02.05.01)**

**Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO**

**Manaus-AM, 29 de Junho de 2023**

**PPC\_GPEST\_EAD\_\_v2.pdf**

**Total de páginas do documento original: 47**

*(Assinado digitalmente em 29/06/2023 14:59 )*

**FABIO SERRA RIBEIRO COUTO**

*TECNOLOGO-FORMACAO*

*2408104*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifam.edu.br/documentos/>  
informando seu número: **18**, ano: **2023**, tipo: **PROJETO POLÍTICO DE CURSO**, data de  
Assinatura: **29/06/2023** e o código de verificação: **f74c95ec90**